



O AMOR COMO VIGILÂNCIA: DESEJO E PODER EM *RUTH*, DE LOU ANDREAS-SALOMÉ

Love as surveillance: desire and power in Ruth by Lou Andreas-Salomé

Valéria Ceranto Ribeiro
Mestranda/UNIFESP

ANDREAS-SALOMÉ, Lou. *Ruth*. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Editora Meia Azul, 2025.

Publicado em 1895 e recentemente traduzido para o português por Inês Lohbauer (Editora Meia Azul, 2025), *Ruth*¹, primeiro romance de Lou Andreas-Salomé, finalmente encontra, no cenário crítico brasileiro, uma acolhida à altura de sua densidade filosófica e literária. Mais do que um acontecimento editorial tardio, a publicação da obra em língua portuguesa constitui um gesto de reinserção crítica da autora — tantas vezes lida exclusivamente sob os prismas da biografia intelectual ou da interlocução com Nietzsche, Freud e Rilke — no campo da literatura de autoria feminina e da reflexão estética moderna. A nova edição, marcada pela fluência da tradução e por um esmero editorial sintonizado com a teoria crítica contemporânea, restitui à obra sua complexidade literária, filosófica e política: um romance que dramatiza, com sobriedade formal e tensão latente, os modos como o cuidado, o amor e a educação operam como técnicas sutis — mas eficazes — de normatização subjetiva e captura afetiva.

Ruth não é apenas a obra inaugural da trajetória literária de Salomé, mas uma peça-chave para compreender os deslocamentos silenciosos da sensibilidade moderna diante das categorias herdadas da tradição patriarcal. Ao articular introspecção psicológica, crítica moral e elaboração estética, o romance ocupa uma posição singular na literatura de seu tempo: situado no limiar entre o romantismo tardio e as formas modernas do *Bildungsroman*², problematiza, desde dentro, os alicerces morais e afetivos que sustentam a subjetividade feminina como projeto educacional e afetivo do outro. Trata-se de uma ficção que não apenas tematiza a formação de uma jovem mulher, mas que desestabiliza o próprio paradigma da formação — ao revelar seus fundamentos normativos, seus pressupostos androcêntricos e sua dependência de uma economia afetiva assimétrica, em que o sujeito feminino é sempre produzido como destinatária do saber, do amor e do cuidado que emanam do Outro masculino.

¹ Andreas-Salomé, Lou. *Ruth*. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Editora Meia Azul, 2025.

² *Bildungsroman* é um termo de origem alemã que designa o romance de formação, centrado no desenvolvimento psicológico, moral e social de um(a) jovem protagonista, geralmente orientado por uma trajetória de amadurecimento e integração às normas culturais dominantes.

Nesse plano, Salomé dramatiza literariamente o que mais tarde seria formalizado teoricamente — em dissonância com sua época — questões que só seriam sistematizadas, no século XX, por autoras como Simone de Beauvoir, Adrienne Rich, Judith Butler e, de modo análogo, por pensadoras como Julieta Kirkwood e Oyèrónkẹ́ Oyèwùmí, cujas análises descoloniais e interseccionais da formação feminina ampliam a crítica à matriz patriarcal do Ocidente ilustrado. A pergunta subjacente à narrativa — “como uma mulher se torna mulher?” — ecoa a inquietação fundante do pensamento feminista moderno, ao mesmo tempo em que a excede, ao mostrar que tal processo de constituição não se dá apenas por imposições externas ou modelos institucionais, mas sobretudo por seduções discursivas, promessas de reconhecimento e vínculos afetivos naturalizados como benignos. A figura do tutor amoroso, distante do arquétipo da autoridade tradicional, encarna o novo rosto do poder patriarcal: um poder que se exerce pela via do afeto, da educação e da intimidade, instalando-se como guia emocional e moral da subjetividade feminina.

Essas tensões, quando condensadas sob a forma de ficção, tornam Ruth uma antecipação perturbadora, a crítica contemporânea às tecnologias de gênero como dispositivos difusos de subjetivação, marcados pela repetição e saturação afetiva. Se Beauvoir desvela a mulher como um “segundo sexo” forjado pela alteridade masculina, e se Butler descreve o gênero como uma matriz performativa que institui corpos inteligíveis pela repetição regulada de normas, Salomé dramatiza esse processo no plano da ficção literária com uma acuidade singular: sua personagem não apenas representa o feminino idealizado, mas expõe as dobras afetivas, os impasses éticos e os custos subjetivos dessa conformação. Em vez de alegorizar a opressão, Salomé expõe os mecanismos sutis pelos quais o amor e o cuidado se tornam veículos da normatividade — não por falta de afeto, mas por seu excesso, que eclipsa o desejo próprio e silencia a escuta de si.

Na intersecção entre estética e reflexão filosófica sobre a formação, *Ruth* se configura como um contra modelo do *Bildungsroman* tradicional, recusando tanto a teleologia da redenção quanto o ideal emancipatório centrado na figura do mestre esclarecido. O percurso da protagonista não culmina na síntese entre afeto e razão, mas no silêncio, no desaparecimento e na recusa da performance. Essa recusa, longe de denotar fracasso ou vazio, adquire o estatuto de gesto político: uma deserção simbólica da cena da tutela, uma subtração da lógica sacrificial que estrutura a subjetividade feminina como dócil, grata e responsiva. Esse movimento, que transforma a negação em princípio estético e ético, permite a Salomé antecipar as formulações mais radicais das filosofias feministas posteriores, inclusive àquelas que, como Oyèwùmí e Kirkwood, deslocam o debate do sujeito mulher para os regimes de enunciação e de visibilidade que produzem o feminino como figura subordinada no campo político, simbólico e epistemológico.

Narrado com contenção estilística e tonalidade introspectiva, o romance acompanha a trajetória de Ruth Delorme, jovem órfã acolhida por um professor ilustrado e progressista, Erik, que assume a tarefa de sua formação moral, intelectual e emocional. À primeira vista, a relação entre tutor e pupila parece corresponder ao modelo formativo tradicional, em que o sujeito feminino deve ser “elevado” a um ideal de racionalidade e sensibilidade mediante a mediação pedagógica de uma figura masculina, geralmente associada à razão esclarecida. Nesse arranjo, a mulher figura como destinatária de um processo formativo moldado por ideais abstratos de virtude, equilíbrio e maturidade — valores que se pretendem universais, mas que, como o romance evidencia, operam dentro de um horizonte normativo generificado.

Mais do que um simples contraste a essa matriz narrativa, Salomé elabora uma configuração mais ambígua e perturbadora: sob a aparência do zelo e da generosidade afetiva, instala-se uma lógica de captura simbólica — uma modalidade de poder que prescinde da violência direta, mas que se infiltra insidiosamente na linguagem do amor e da pedagogia, exigindo da jovem não apenas obediência formal, mas adesão emocional e reconhecimento moral.

O vínculo que se oferece sob o signo do cuidado revela, em sua composição, uma engenharia afetiva de formação e contenção: cada gesto amoroso carrega consigo um

imperativo normativo, e cada demonstração de afeto convoca, silenciosamente, uma subjetividade já moldada à imagem do ideal que a precede. Nesse regime, o afeto não se opõe à dominação: torna-se, ao contrário, seu meio mais eficaz. A linguagem amorosa atua como técnica de governo da alma, educando o desejo a desejar aquilo que o outro — sob o disfarce da benevolência — já instituiu como ideal de vida.

Salomé articula, nesse horizonte, uma pedagogia emocional que antecipa debates contemporâneos sobre a governamentalidade dos afetos — uma noção que remete, de um lado, às análises foucaultianas sobre o poder pastoral e, de outro, aos estudos feministas voltados ao disciplinamento das emoções. A função do tutor, nesse arranjo, não se restringe a instruir ou proteger: trata-se de orientar por dentro, moldar delicadamente a sensibilidade, conduzir o desejo a se alinhar a um regime de inteligibilidade que destina à feminilidade um lugar subordinado — ainda que revestido pela estética serena do cuidado. A protagonista torna-se, assim, objeto de uma produção subjetiva que aspira à invisibilidade — um processo formativo que atua sobretudo por meio da sedução ética e da regulação afetiva, em vez de recorrer à coerção ou à interdição direta.

Essa arquitetura narrativa inscreve um deslocamento decisivo no paradigma tradicional do romance de formação. O desenvolvimento da personagem não conduz à emancipação no sentido progressivo e racionalista do termo, mas à consciência silenciosa dos limites impostos pelo próprio processo formativo. A contenção estilística da prosa, longe de constituir mero recurso literário, encena o mesmo gesto de retração assumido pela personagem: uma linguagem que insinua mais do que declara, que hesita ante a nomeação, que se aloja no intervalo entre o dito e o sentido. Assim, Salomé rejeita tanto o *páthos* redentor da subjetividade esclarecida quanto a moralidade reativa de uma denúncia explícita. Em seu lugar, delinea-se uma ética da ambiguidade e da recusa, afinada com formas de resistência que se exercem mais pela subtração e pela dissonância do que pelo confronto direto.

A pedagogia emocional que estrutura *Ruth* ultrapassa o mero exercício de autoridade moral: ela compõe um regime de subjetivação no qual o afeto é minuciosamente regulado, e o silêncio da pupila, longe de sinalizar passividade, pode ser lido como gesto político — uma forma de desidentificação sutil, porém radical. A narrativa expõe a face mais insidiosa do poder patriarcal moderno: aquela que se inscreve na intimidade, que se deixa amar, que converte a gratidão em forma de sujeição e que eleva o cuidado à condição de horizonte moral da existência feminina. Neste exato entrelaçamento entre afeto e dominação, o romance de Salomé faz emergir sua potência crítica e antecipatória: ao dramatizar a figura do homem progressista como agente de uma pedagogia afetiva assimétrica, antecipa as críticas contemporâneas aos dispositivos biopolíticos que colonizam o afeto sob a retórica da proteção.

O conceito de poder pastoral, conforme delineado por Michel Foucault em seus cursos sobre governamentalidade, oferece uma chave interpretativa fecunda para compreender o funcionamento insidioso da tutoria afetiva. Trata-se de uma modalidade de poder que “individualiza ao mesmo tempo em que totaliza”, agindo sobre o indivíduo de forma cuidadosa, constante e íntima, sob a promessa de condução moral e salvação subjetiva (Foucault, 2008, p. 168–170)³. Diferentemente do poder soberano, que se exerce pela interdição e pela punição, o poder pastoral atua pela condução dos indivíduos — ou, mais precisamente, pela condução das almas. Trata-se de uma modalidade de poder que individualiza ao mesmo tempo em que totaliza, operando por meio de cuidados personalizados, injunções morais e promessas sutis de bem-estar, sempre no horizonte da salvação subjetiva. Nesse regime, a dominação não é imposta como violência exterior, mas instaurada como forma de zelo ético, incorporada por meio de vínculos afetivos profundamente assimétricos.

Inserida nesse regime sutil de condução afetiva, a figura de Erik condensa a lógica do poder que forma sem ordenar, que orienta sem impor, cuja autoridade se realiza por

³ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977–1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

meio do controle refinado dos sentimentos, das condutas e dos modos de desejar. Ele não apenas ensina o que se deve pensar ou sentir: modela a própria estrutura do desejo de Ruth, conduzindo-a rumo a um ideal de feminilidade que se apresenta como natural, mas que é cuidadosamente fabricado por elogios estratégicos, advertências veladas e carícias morais. Formar, nesse contexto, não significa apenas instruir, mas moldar afetivamente a interioridade da mulher, de modo que ela deseje ser aquilo que dele se espera. A narrativa explícita que esse poder não opera pela coerção, mas pela sedução ética: Erik não comanda, mas conquista; não impõe, mas seduz — sempre por meio da sutileza emocional. Ele educa para que Ruth consinta espontaneamente com sua própria formação — e, mais do que isso, para que deseje essa conformação. O “bom mestre” torna-se, assim, o operador invisível de uma pedagogia do consentimento, em que o afeto funciona como instrumento de sujeição voluntária e o reconhecimento, como moeda simbólica da normatividade.

Dramatizando com precisão os mecanismos emocionais do patriarcado ilustrado, o romance de Salomé antecipa uma crítica às formas renovadas da dominação masculina, já não associadas à repressão direta, mas à produção de subjetividades por meio de dispositivos afetivos e discursivos. Erik encarna, sob essa lógica, o “patriarca progressista” — não aquele que domina por força, mas que dissimula o poder sob o véu da benevolência; que não impõe, mas se apresenta como mediador da realização subjetiva feminina. Sua violência simbólica atua sob o véu do cuidado, exigindo, como contrapartida silenciosa, gratidão, admiração e conformidade ao ideal que ele próprio projeta sobre a figura feminina. Trata-se de uma forma de poder que não se apresenta como dominação, mas como generosidade, e cuja eficácia reside justamente na invisibilidade de sua operação.

A potência estética e política do romance está justamente na recusa de Salomé em figurar a dominação simbólica como mero exercício de força exterior ou visível. A educação sentimental de Ruth não se realiza por meio de imposições explícitas, mas pela lenta interiorização de expectativas normativas: elogios dosados com cálculo, correções sutis, silêncios impregnados de condescendência e modelos idealizados de maturidade compõem a gramática afetiva desse processo formativo. O sujeito feminino, nesse arranjo, não apenas responde ao outro — ele é constituído como resposta ao desejo do outro. A subjetividade feminina desponta, assim, como efeito de um olhar vigilante revestido de amor, que interpreta sob a promessa do cuidado e intervém sob o pretexto da tutela.

Com base nesse diagnóstico, torna-se pertinente reler *Ruth* à luz da noção de performatividade de gênero, tal como desenvolvida por Judith Butler, cujas formulações permitem compreender o sujeito como efeito de normas reiterativas que regulam o corpo, a linguagem e o desejo. Para a filósofa, o sujeito não antecede os atos de gênero que realiza: ao contrário, ele é constituído por repetições normativas que regulam o corpo, a linguagem e o desejo dentro de um regime de reconhecimento. Em *Ruth*, Salomé não apenas antecipa, mas radicaliza esse princípio, ao mostrar que o feminino não se limita a um papel reiterado, mas emerge como efeito emocionalmente incorporado da pedagogia amorosa. Ruth não nasce mulher: ela é construída, lenta e afetivamente, como figura da feminilidade ideal — uma feminilidade que é ao mesmo tempo produto do desejo masculino e condição para o seu reconhecimento.” (Butler, 2003, p. 24)⁴. São precisamente as falhas desse processo — os lapsos, os silêncios, as dissonâncias afetivas que escapam à captura — que concentram a atenção crítica de Salomé. Longe de compor uma narrativa de formação linear ou conclusiva, o romance insiste nas falhas da tutoria, nas fissuras do consentimento, nas zonas opacas da subjetividade que escapam à captura normativa. A operação estética conduz, em sua obra, a um desdobramento ético incontornável: ao recusar a representação pacificadora da formação feminina, desvela a violência simbólica de um poder travestido de amor. E ao fazer isso, articula, com singular potência, uma crítica estética ao biopoder emocional do patriarcado moderno — um poder que não só governa, mas que educa a amar sua própria forma de governo.

⁴ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

A radicalidade da narrativa reside, precisamente, na forma como essa normatização fracassa. A resposta da protagonista ao regime tutelar que a conforma não se expressa como revolta heroica, tampouco se limita à substituição de um modelo por outro. Em vez do confronto, delinea-se um recuo ético: uma retração silenciosa, uma desidentificação sem estardalhaço. Ruth não se opõe frontalmente ao seu tutor — ela se retira. Cessa de corresponder, de justificar, de discursar. Sua recusa não se enuncia, mas se encena: pelo silêncio, pela hesitação, pela desaparecimento simbólica. A dessubjetivação — aqui compreendida como a recusa ao lugar discursivo que lhe foi atribuído — emerge como forma radical de resistência: não responder à interpelação que exige gratidão e conformidade equivale a suspender a lógica afetiva da servidão voluntária. A emancipação, nesse caso, não se realiza por meio da adoção de um novo discurso identitário, mas pela interrupção da economia simbólica da formação. Ruth afirma-se justamente ao recusar o papel que lhe é destinado — sem, contudo, reivindicar um lugar alternativo dentro da mesma estrutura. O que se configura, então, não é uma nova identidade, mas uma figura excêntrica, inapropriável, cuja potência crítica reside na recusa de ocupar qualquer posição estável no regime de reconhecimento.

Salomé acompanha esse movimento com uma escrita de extrema contenção. A forma narrativa espelha a retração da personagem, construindo, por meio de uma linguagem lacunar e elíptica, uma recusa à redenção e à catarse. Não há, em *Ruth*, promessa de superação, reconciliação ou síntese. A protagonista não é redimida pelo amor, nem reencontrada por um novo mestre. Ela não renasce: silencia.

Quando aborda as formas de dissenso que desestabilizam a ordem sensível, Rancière descreve a política como o momento em que os que “não têm parte” nela se fazem ouvir, instaurando uma redistribuição dos modos de ver, dizer e sentir (Rancière, 2009, p. 15)⁵. O desfecho de *Ruth* atua como uma inflexão sutil nessa partilha do sensível: não se afirma por antagonismo direto, mas por uma interrupção silenciosa que desorganiza, de forma insidiosa e performativa, os códigos que sustentam a inteligibilidade do feminino.

Essa estética da negatividade, que desestabiliza os registros convencionais do romance de formação, encontra na tradução de Inês Lohbauer um canal de reverberação à altura. A edição brasileira de *Ruth*, publicada pela Editora Meia Azul em 2025, não apenas restitui à obra seu estatuto literário, mas a reinscreve no horizonte das questões políticas e afetivas contemporâneas. Ao preencher uma lacuna histórica na recepção de Lou Andreas-Salomé no Brasil, oferece um texto capaz de reabrir criticamente a genealogia dos discursos sobre o feminino, a educação e o afeto. Em tempos nos quais o cuidado ressurge como linguagem dominante — seja na maternidade, na saúde mental, na sexualidade ou no trabalho reprodutivo — *Ruth* nos convida a pensar a vigilância como forma de amor — e o amor, como tecnologia de poder. Ao fazê-lo, Salomé antecipa — ou tensiona criticamente — debates centrais da crítica contemporânea, expondo os limites da subjetivação em vínculos que se pretendem protetores, mas que operam como dispositivos sutis de domesticação.

A atualidade da obra, no entanto, não se limita à sua temática: ela se afirma, sobretudo, na forma como articula uma política da linguagem, uma política que não fala por outras, mas que torna visível o que escapa ao discurso — o que cala, o que hesita, o que recusa ser nomeado. Ao reintroduzir essa narrativa no circuito editorial brasileiro, a edição de 2025 não apenas restitui um romance inaugural, mas oferece ao leitorado um arquivo crítico das formas pelas quais o afeto pode ser colonizado — e, também, das maneiras discretas, mas profundamente subversivas, pelas quais ele pode ser desfechado. *Ruth* não apenas se retira — ela encarna a fissura. Uma ficção que ensina a escutar o silêncio como linguagem política e a retirada como forma de desobediência simbólica radical. A recusa sem nome, a subjetividade sem destino, o afeto sem finalidade: é desse campo de indeterminação que Salomé retira sua potência crítica mais duradoura.

⁵ RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

Referências bibliográficas

ANDREAS-SALOMÉ, Lou. *Ruth*. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Editora Meia Azul, 2025.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977–1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

Graduada em Filosofia (UFSJ)
Mestranda em Filosofia (UNIFESP)
E-mail: valeriacerantoribeiro@gmail.com